

**SENTENÇAS BITRANSITIVAS E OBJETO INDIRETO
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO / *DITRANSITIVE
SENTENCES AND INDIRECT OBJECT IN
BRAZILIAN PORTUGUESE***

*Maria Aparecida C. R. Torres Morais**

Resumo: Adotando uma perspectiva comparativa, propomos que o PB se diferencia do PE na codificação gramatical dos argumentos dativos (objetos indiretos). Com base na teoria dos núcleos aplicativos, proposta em Pylkkänen 2008, e numa abordagem mais refinada da bitransitividade, explorada em Cuervo 2003/2010, propomos que inovações nas estratégias de realização do objeto indireto pronominal, levando à perda dos clíticos *lhe/lhes* nos usos anafóricos de 3^a pessoa, relacionam-se à perda da preposição *a* como marcador de caso dativo. Tais mudanças atestam a perda da expressão morfossintática da bitransitividade no português brasileiro, em oposição ao português europeu. Nossa proposta é que a variação interlinguística resulta de uma mudança paramétrica, definida na perda do núcleo aplicativo baixo no português brasileiro. Por fim mostramos que a conexão entre Caso dativo e expressão de parâmetros sustenta a teoria dos Princípios e Parâmetros, segundo a qual a variação é

* Professora Associada do Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil; torres.mariacida@gmail.com

determinada no léxico, em termos dos traços das categorias funcionais.

Palavras-chave: português europeu; português brasileiro; bitransitiva; aplicativo; dativo.

***Abstract:** In this paper, the syntax of dative arguments (indirect objects) in Brazilian Portuguese is examined in a crosslinguistic perspective with European Portuguese. It is shown that the grammatical expression of BP indirect object has undergone significant changes, which were essentially triggered by two related phenomena: a decrease in the use of the preposition *a* introducing the indirect object, which is replaced by the preposition *para*, and a decrease in the use of the dative pronoun, particularly the 3rd person clitic *lhe(s)*, which is substituted for innovative strategies of pronominalization. In European Portuguese, differently from BP, dative arguments are consistently introduced by the preposition *a*, and pronominalization involves the 3rd person dative clitic *lhe(s)*. Based on the theory of applicative heads proposed in Pylkkänen (2008) and a particular notion of ditransitivity, proposed in Cuervo (2003/2010), we take these changes as evidence for the loss of the low applicative construction in Brazilian Portuguese, coupled with the loss of the morphosyntactic ditransitivity. Thus the connection between the morphological case system and the expression of parameters supports a view of syntactic change according to which parametric variation is determined in the lexicon, in terms of the grammatical features of functional heads.*

Keywords: *Applicative; Dative; European Portuguese; Brazilian Portuguese; Ditransitivity.*

Introdução

Os estudos que descrevem as propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas dos argumentos dativos, mais tradicionalmente denominados objetos indiretos, têm levantado importantes questões para as teorias da estrutura

argumental dos verbos, em particular, dos verbos bitransitivos, entendidos tradicionalmente como predicadores que selecionam e licenciam dois argumentos internos, além do argumento externo. Assim, relacionam-se de forma íntima os desafios impostos pela bitransitividade e a tarefa de lidar com os argumentos dativos. Naturalmente, as propostas formuladas na literatura corrente para enfrentá-los não são consensuais, uma vez que dependem de quadros teóricos particulares. No contexto das línguas românicas, revelam-se ainda fenômenos de variação e mudança que separam, de um lado, línguas como o espanhol, galego e português europeu e, de outro, o português brasileiro.

Neste trabalho, o objetivo principal é apresentar uma análise das sentenças bitransitivas e objeto indireto (OI) no português brasileiro (PB). O texto está dividido em seções. Na seção 1, fatos sobre o português europeu (PE) são apresentados. Na seção 2, são revistos alguns estudos sobre os dativos no PE, com base na teoria dos núcleos aplicativos, proposta em Pylkkänen 2008, e numa abordagem mais refinada da bitransitividade, explorada em Cuervo 2003/2010. Estas seções são relevantes, por estabelecerem o cenário dentro do qual serão discutidos os fatos do PB.

Na sequência, a seção 3 discute o PB. Adotando uma perspectiva comparativa, propomos que o PB se diferencia do PE na codificação gramatical do OI. Inovações nas estratégias de realização do OI pronominal, levando à perda dos clíticos *lhe/lhes* nos usos anafóricos de 3ª pessoa, relacionam-se à perda da preposição *a* como marcador de caso dativo. Tais mudanças atestam a perda da expressão morfossintática da bitransitividade no PB, em oposição ao PE. Nossa proposta é que a variação interlinguística resulta de uma mudança paramétrica, definida na perda do núcleo aplicativo baixo no PB. Por fim, mostramos que a conexão entre Caso dativo e expressão de parâmetros sustenta a teoria dos Princípios e Parâmetros, segundo a qual a variação é determinada no léxico, em termos dos traços das categorias funcionais. Por fim, a seção 4 compõe-se de considerações finais.

1 Argumentos dativos e verbos bitransitivos

1.1 Os fatos do PE: a construção aplicativa

A tarefa de investigar dativos e bitransitividade requer que sejam respondidas algumas questões intimamente relacionadas: (i) Como são os dativos projetados na estrutura sintática? (ii) Como obtêm os seus papéis temáticos? (iii)

Como se define a sua natureza categorial? (iv) A sua identificação morfossintática? (v) Seria pertinente para os estudos da estrutura de argumentos e teoria sintática a noção de bitransitividade? (vi) Seria relevante a dicotomia dativos argumentais vs. dativos não argumentais, opcionais, ou agregados?

As possíveis respostas estão condicionadas pelas diferentes teorias da estrutura argumental dos verbos e estrutura de eventos. Hale & Kayser (1993, 2002), por exemplo, propõem que a estrutura sintática é que determina os significados possíveis dos verbos e seus argumentos, a partir de duas relações sintáticas básicas: a relação de complemento e a relação de especificador. Por sua vez, Marantz (1997) assume que o verbo é formado na sintaxe pela combinação de raiz (*root*) e núcleo verbalizador, com o qual a raiz combina para a expressão dos diferentes tipos de eventos.

Outra ideia fundamental da pesquisa gerativista recente é a de que argumentos podem ser introduzidos na sintaxe por núcleos funcionais especializados que os licenciam sintática e semanticamente. Assim, é consensual a hipótese da assimetria entre o argumento externo - sujeito de verbos transitivos e inergativos - e argumento interno, ou objeto direto (cf. MARANTZ (1984). Enquanto o objeto direto é tratado como verdadeiro argumento da raiz verbal, licenciado dentro do domínio do sintagma verbal, o argumento externo é introduzido na sintaxe por um núcleo funcional, introdutor de argumentos, denominado Voice (cf. KRATZER (1996), ou verbo leve (cf. CHOMSKY (1995, 2000)). Seus diferentes significados dependem, pois, dos diferentes tipos de eventos selecionados pelo verbo.

Recentemente, Pylkkänen (2008) propõe uma tipologia de núcleos aplicativos altos e baixos, dependendo do fato de o núcleo aplicativo relacionar o argumento introduzido em seu especificador a um evento ou a outro argumento. Em sua análise, as construções de objeto duplo do inglês são construções aplicativos. O 1º objeto é introduzido na sintaxe por um núcleo aplicativo baixo. Na mesma linha, Cuervo (2003) propõe que as construções de objeto duplo do espanhol são construções aplicativos. O importe semântico do aplicativo baixo é relacionar o dativo ao objeto direto.

Neste artigo, confirmamos a mesma análise para o português europeu (PE), colocando-o no conjunto das línguas com construção de objeto duplo/construção aplicativo. Adotamos ainda uma particular noção de bitransitividade, nos moldes do que foi discutido em Cuervo (2010).

Começemos por lembrar que um fato notável a respeito dos argumentos dativos no PE é a sua alta produtividade, registrada tanto na tradição gramatical, quanto nos estudos linguísticos recentes. Os exemplos abaixo mostram a sua realização com diferentes tipos de verbos, entre eles, verbos de atividade direcional (1a-b), verbos de criação/construção (1c), verbos dinâmicos de atividade não direcional (1d) e predicados estativos (1e). Nestes contextos, coocorrem com o objeto direto (OD) e podem obter diferentes significados¹.

(1)

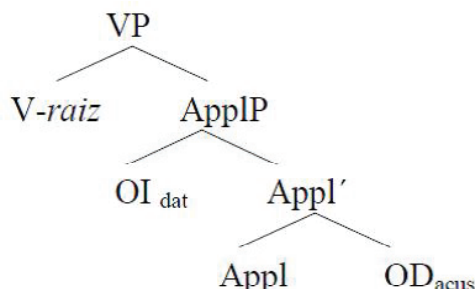
- a. O João deu/enviou um livro *ao Pedro*. / O João deu/enviou-*lhe* um livro
- b. O João comprou este carro antigo *a um famoso colecionador*/comprou-*lhe* este carro antigo
- c. O Pedro preparou/fez um jantar fantástico *aos pais*./ O Pedro preparou/fez-*lhes* um jantar fantástico
- d. A mãe lavou/secou/cortou/penteou o cabelo *ao filho*/a mãe lavou/secou/cortou/penteou-*lhe* o cabelo
- e. O professor avaliou/admirou/elogiou as provas *aos estudantes*. /O professor avaliou/admirou/elogiou *lhes* as provas

Em seguida, destaquemos dois pontos importantes de nossa análise do PE, com base em Pylkkänen (2008) e Cuervo (2003): (i) os argumentos dativos, embora obrigatórios em alguns contextos verbais, são argumentos aplicados, “adicionados”, ou projetados na sintaxe, não pelo verbo, mas por um núcleo especializado em introduzir argumentos, o núcleo aplicativo baixo; (ii) os dativos representam uma classe estrutural e semântica distinta, identificada morfológicamente por um marcador dativo. Por hipótese, a preposição *a* que os introduz não é uma preposição lexical. Ao contrário, ela expressa a realização morfológica de um Caso dativo abstrato, semelhante a um sufixo. Como DPs, ou seja, sintagmas determinantes plenos, aparecem precedidos obrigatoriamente pelo morfema *a* (a-DP). Na contraparte pronominal apresentam-se como clíticos *lhe/lhes* (cf. TORRES MORAIS & SALLES, 2010; cf. também TORRES MORAIS 2007; TORRES

¹ Os exemplos foram adaptados de Duarte (2003) e Miguel, Duarte, Gonçalves (2010).

MORAIS & BERLINCK, 2007). A estrutura verbal relevante das sentenças exemplificadas em (1a-e) está representada na figura (1):²

Fig. 1



A derivação da estrutura aplicativa se dá da seguinte forma:

- (i) O núcleo aplicativo baixo introduz o OD tema como seu complemento, e o relaciona ao DP dativo licenciado em seu especificador. Por fim, a frase aplicativa (ApplP) combina com a raiz verbal, em posição de complemento;
- (ii) O DP aplicado assimetricamente c-comanda o DP tema;
- (iii) O núcleo aplicativo atribui Caso inerente ao DP gerado em seu especificador. O Caso dativo inerente é expresso morfologicamente (a-DP/lhe/lhes).
- (iv) A ordem de palavras superficial não marcada OD-OI resulta de movimento do OD para fora da frase aplicativa.

Pylkkänen (2008) propõe duas direcionalidades associadas à posse dinâmica, a qual corresponde semanticamente a dois subtipos de núcleos aplicativos baixos. Na análise do PE, vamos aplicá-la da seguinte forma: (i) aplicativo baixo TO introduz o dativo *recipiente*, no contexto de verbos ditransitivos de transferência e movimento, como *dar*, *enviar*, *mandar*, *oferecer*, e verbos de criação, como *construir*, *desenhar*, *preparar*, *pintar*, etc.;³ (ii) aplicativo baixo FROM introduz o dativo *fonte*, no contexto de verbos ditransitivos como *extrair*, *comprar*, *roubar*, etc.

² As referências às categorias lexicais e funcionais serão feitas em inglês. Assim: DP (Determiner Phrase); PP (Prepositional Phrase); VP (Verbal Phrase); ApplP (Applicative Phrase). Ficam em português as referências às funções gramaticais, como sujeito e objetos direto e indireto.

³ Os verbos de criação (construção) têm em comum com os verbos de transferência e movimento o fato de que o DP dativo é aplicado como o suposto recipiente (beneficiário)

Entretanto, com base no comportamento dos dativos do espanhol, Cuervo (2003) propõe um terceiro subtipo de aplicativo baixo, denominado aplicativo baixo-AT, que expressa uma relação estática de posse entre dois indivíduos. No PE, como ocorre no espanhol e galego, este núcleo relaciona o OI e o OD no contexto de verbos dinâmicos, *lavar, beijar, pentear, cortar*, etc. e verbos estativos/psicológicos, *admirar, elogiar, invejar*, etc. O argumento aplicado participa do evento como *possuidor* do DP tema.

Como discutiremos em outro ponto deste texto, a teoria dos subtipos de aplicativos baixos, que ora expressam uma relação dinâmica de posse, ora uma relação estática de posse entre dois indivíduos, possibilita uma análise unificada dos verbos tradicionalmente separados entre verbos tipicamente bitransitivos e verbos monotransitivos.

1.2 Os fatos do PE: a “alternância dativa”

Analisando os fatos do PE, observa-se ainda que, no contexto dos verbos de transferência e movimento (2a-c) e verbos de criação (3a-c) a construção de objeto duplo “alterna” com uma construção preposicionada (cf. Fig.2), em que o OI é um argumento introduzido pela preposição *para* e interpretado como meta/beneficiário (2c; 3c).

(2)

- a. O Pedro enviou/mandou uma carta *ao diretor*
- b. O Pedro enviou-*lhe* uma carta
- c. O Pedro enviou uma carta *para o diretor*

(3)

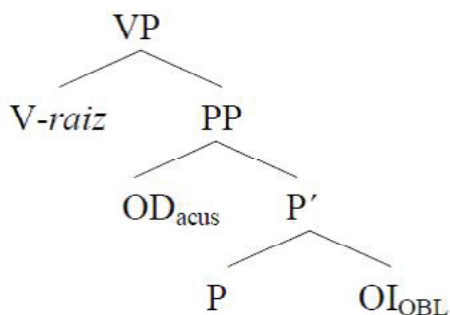
- a. O Pedro preparou um jantar fantástico *aos pais*
- b. O Pedro preparou-*lhes* um jantar fantástico
- c. O Pedro preparou um jantar fantástico *para os pais*

Na configuração preposicionada o OI é um argumento oblíquo, complemento da preposição. Há uma relação semântica entre o OD tema e o DP meta/

do objeto direto. O termo recipiente, portanto, cobre tanto os papéis temáticos meta/alvo, como o papel temático beneficiário (cf. Pylkaenen, 2002/2008).

beneficiário.

Fig. 2



Da mesma forma, no contexto dos verbos dinâmicos não direcionais e verbos estativos, a contraparte da construção dativa/aplicativa é uma construção genitiva (cf. Fig. 3), em que o DP possuidor é introduzido pela preposição *de*, como complemento do núcleo nominal do DP objeto direto (4c;5c)

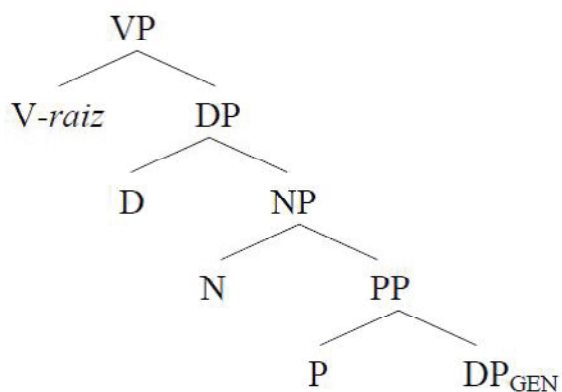
(4)

- a. A mãe secou o cabelo *ao filho*
- b. A mãe secou-*lhe* o cabelo
- c. A mãe secou o cabelo do filho

(5)

- a. O professor avaliou as provas *aos estudantes*.
- b. O professor avaliou-*lhes* as provas
- c. O professor avaliou as provas dos estudantes

Fig. 3



Em trabalhos anteriores (Cf. TORRES MORAIS, 2006, 2007), os fatos acima discutidos representam a forma que a “alternância dativa” manifesta no PE.

Interessante notar que a construção applicativa, na presença de verbos dinâmicos não direcionais, pode levar a uma interpretação ambígua do OI, possuidor ou beneficiário. Na contraparte preposicionada, porém, a ambiguidade desaparece, uma vez que se projetam duas configurações distintas: a configuração ditransitiva preposicionada (cf. Fig. 2), em que o beneficiário é introduzido por *para* e a configuração genitiva (cf. Fig. 3).

(6)

- a. O detective desvendou o mistério à polícia (poss/ben)
- b. O detective desvendou-lhe o mistério (poss/ben)
- c. O detective desvendou o mistério da polícia (poss/*ben)
- d. O detective desvendou o mistério para a polícia (*poss/ben)

Torres Morais & Salles (inédito) discutem dados relevantes para concluir que, no PE, a interpretação ambígua do constituinte *a polícia* em sentenças do tipo de (6a-b) reflete duas diferentes estruturas. A interpretação *possuidor* é obtida por ter sido tal constituinte gerado na posição de especificador de um dos subtipos de núcleo applicativo baixo, a saber, o que expressa uma relação estática de posse. Por seu lado, a interpretação *beneficiário* resulta de posição estrutural distinta, na qual o argumento dativo é gerado, ou seja, no especificador de um núcleo applicativo alto. Neste caso, o dativo é interpretado como beneficiário do evento expresso pelo verbo.

Destacam-se ainda os pares abaixo em que a agramaticalidade de (7a-b) em oposição à gramaticalidade de (7c) revela o estatuto ambíguo da preposição *a*: ou como marca de caso dativo, ou como preposição lexical, que introduz o locativo. Daí a possibilidade de coocorrência do dativo e locativo em (7c).

(7)

- a. *A mãe levou o almoço aos miúdos à mãe
- b. *O Pedro preparou o jantar aos miúdos à mãe
- c. A mãe levou o almoço aos miúdos à escola

1.3 Construção de objeto duplo e a bitransitividade lexical

Na introdução deste texto, mencionamos que o estudo do OI tem sido associado à noção de bitransitividade. O fato levanta, porém, uma questão: de que forma essa noção tem sido definida na literatura recente? Existe consenso entre os pesquisadores quanto às análises que eles propõem para as diferentes línguas? Focalizando as construções de objeto duplo do inglês e espanhol, no cenário da abordagem derivacional e da abordagem construtivista, Cuervo (2010) constata, nos diferentes pesquisadores, uma interessante dicotomia na noção de bitransitividade, ora como uma propriedade lexical dos verbos ora como um tipo de estrutura sintática.

Mais do que isso, a construção de objeto duplo permite explorar três dimensões da noção de bitransitividade: a lexical, sintática e morfossintática. Como uma noção léxico-semântica, delimita tradicionalmente uma classe de verbos bitransitivos, definidos como verbos que selecionam dois argumentos internos, atribuindo um papel temático a cada um deles. Verbos bitransitivos, *dar*, *dizer*, *levar*, *comprar*, *roubar*; etc. se distinguem de verbos intransitivos, *chorar*, *dançar*; e monotransitivos, *desenhar*, *pintar*, *preparar*, *admirar*, *invejar*, *beijar*, *lavar*; etc.

Se for considerado o nível sintático, bitransitividade é uma propriedade da estrutura sintática, e a noção se refere à presença de dois argumentos internos, projetados no interior da frase verbal.

Por fim, se for definida como um tipo de sentença, a bitransitividade leva em conta propriedades que são próprias de cada língua. Na construção de objeto duplo do inglês, por exemplo, a codificação superficial do OI se faz pela sua posição como 1º objeto na estrutura sintática. No caso de línguas como o espanhol, galego, PE, a noção vai envolver dois DPs, um acusativo e outro dativo.

Na análise unificada da construção de objeto duplo, construção aplicativa que propusemos para o PE, de forma muito semelhante ao proposto por Cuervo para o espanhol, ficou claro que a relação sintática entre os dois argumentos, OD e OI, e sua relação com o verbo não diferem, independentemente do fato de ser o OI selecionado ou não pela raiz verbal. Da mesma forma, não é afetada a expressão morfológica dos argumentos internos, em particular a marcação casual do DP dativo, pronominal e lexical. Confirma-se, portanto, a dissociação entre bitransitividade léxico-semântica e bitransitividade estrutural e superficial.

Na literatura recente, vários autores têm explorado a bitransitividade lexical na análise da construção de objeto duplo e da alternância dativa.

Pujalte (2008, 2009), por exemplo, em seu estudo do espanhol do Rio da Prata, afirma que o variado conjunto de construções que apresentam dois constituintes, um com caso acusativo e outro com caso dativo, não podem receber uma análise unificada, como estruturas aplicativas, nos moldes do proposto por Cuervo (2003). Dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída, e a partir de uma série de diagnósticos (nominalizações, estruturas truncadas, objetos indiretos implícitos, entre outros), Pujalte distingue dois tipos de construções. A construção bitransitiva “verdadeira” corresponde aos predicados de transferência física e mental, *comprar, comunicar, dar, entregar, enviar, mandar, mostrar, prometer, recomendar, vender*, entre outros. Por ser selecionado pela raiz verbal (cf. Fig.4), o constituinte dativo é um argumento (dativo argumental), interpretado como meta (8a-b) ou origem (8c).⁴ Neste caso, não se pode falar em alternância dativa, com base na presença vs. ausência do redobro do clítico.

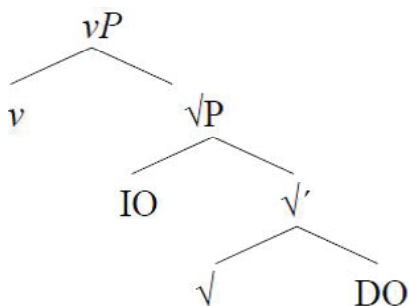
(8)

a. Juan envió un libro *a María*. / Juan *le* envió un libro *a María*

b. Juan mostró el cuarto *a los invitados*. / Juan *les* mostró el cuarto *a los invitados*

c. Juan compró libros *a los estudiantes*. / Juan *les* compró libros *a los estudiantes*

Fig. 4



O segundo tipo de construção, a construção aplicativa, inclui um amplo inventário de verbos transitivos e inacusativos. Nestes contextos, os constituintes dativos não são selecionados pela raiz verbal, mas introduzidos na sintaxe pelo

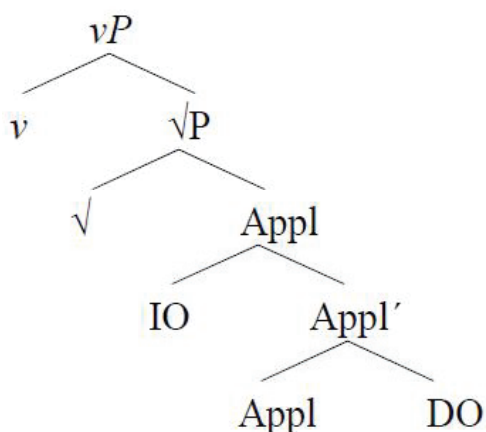
⁴ A numeração não corresponde à do texto original.

núcleo aplicativo (cf. Fig. 5). Portanto, os dativos agregados, interpretados como beneficiário/possuidor, são os únicos que correspondem ao fenômeno da alternância dativa. Observe-se que a contraparte dativa apresenta redobro obrigatório do clítico. Vejamos alguns exemplos em (9):

(9)

- a. Juan robó la bicicleta de Luis/ Juan le robó la bicicleta a Luis
- b. Juan construyó una casa para María/ Juan le construyó una casa a María
- c. Juan colocó cortinas en la habitación/ Juan le colocó cortinas a la habitación
- d. Juan rompió la nariz de María. / Juan le rompió la nariz a María

Fig. 5



Da mesma forma, a noção de bitransitividade lexical, adotada por Brito (s/d), está por trás de sua crítica a uma análise unificada dos dativos para os fatos do português (e outras línguas). O objetivo de seu artigo é discutir e, de modo geral, repensar a sintaxe das construções de OI numa perspectiva comparada.

A partir de testes semelhantes aos aplicados por Pujalte ao espanhol, Brito afirma que uma análise da bitransitividade no português, em termos da proposta do núcleo aplicativo, está necessariamente relacionada à discussão do estatuto dos OIs/dativos perante os verbos, ou seja, se eles são argumentos verdadeiros do verbo ou argumentos adicionados. É preciso, pois, distinguir dativos argumentais e dativos não argumentais. São verdadeiros argumentos os OIs com verbos de transferência física e mental, como *dar*, *oferecer*, *doar*, *mandar*, *enviar*, *comunicar*, *dizer*, *recomendar*, *entregar*, *prometer*, *vender*, *comprar*, etc.; tais OIs recebem

tipicamente a interpretação de beneficiário, meta, origem. (ii) Não são verdadeiros argumentos os OIs com verbos como *pôr, colocar, construir, preparar, cortar*, ou com *dar, fazer* como Vs leves.

Um dos critérios para distinguir o OI diz respeito ao significado associado a cada verbo; assim, enquanto com verbos do tipo *dar, entregar*, mesmo quando não têm argumento OI expresso, é necessário interpretá-lo, com verbos como *preparar, construir*, essa interpretação não é necessária, embora seja em certos casos possível, mostrando que, com este segundo grupo, tais constituintes não são argumentos verdadeiros dos predicados verbais.

Ainda em consonância com Pujalte, Brito considera que, se a ideia de núcleos aplicativos for adotada, estes devem se restringir apenas aos verbos em que o dativo não é selecionado pela raiz verbal. No entanto, diferentemente de Pujalte, sua abordagem não só rejeita a hipótese aplicativa como um todo, mas contempla uma análise unificada, em termos estruturais, dos diferentes tipos de verbos. Assumindo um modelo gerativo-construtivista, Brito propõe que os dativos, verdadeiros ou acrescentados, de verbos como *enviar, dar*, mas também *preparar, cozinhar*, não instanciam diferentes tipos de construção. Ao contrário, ambos são projetados na posição de especificador de uma frase verbal baixa. A análise sintática unificada explicaria a atribuição de caso dativo aos OIs verdadeiros e aos OIs acrescentados, e a legitimação de uma interpretação de tipo “holder”, que abrange as leituras de beneficiário e de origem.

1.4 Questionando a bitransitividade lexical e a bitransitividade sintática

Na seção anterior, foi apresentada uma análise unificada da construção de objeto duplo do PE. Assumindo que a bitransitividade pode ser explorada em três níveis distintos, concluiu-se que tanto a bitransitividade sintática como a morfossintática podem estar dissociadas da bitransitividade lexical, aplicando-se igualmente a verbos que são lexicalmente monotransitivos.

Cuervo (2010) afirma, porém, que essa dissociação fragiliza a noção mesma de bitransitividade lexical.

É preciso, igualmente, questionar afirmações correntes de que OIs omitidos/ implícitos, no contexto dos verbos bitransitivos, devem ser reconstruídos em algum nível da descrição sintática. Ao contrário, observa-se que objetos de verbos

bitransitivos, assim como objetos de verbos transitivos, podem ser omitidos sob certas condições. Enfraquece-se, assim, a distinção entre bitransitivos e transitivos, com base na afirmação de que somente os primeiros “requerem” dois argumentos internos.

Por fim, é importante destacar a variabilidade na expressão sintática dos argumentos internos dos bitransitivos, DP-DP, ou DP-PP, que é observada tanto internamente às línguas – veja-se a alternância dativa –, como entre as diferentes línguas.

Tais propriedades, acima mencionadas, caracterizam, segundo Cuervo, os verbos bitransitivos como um subgrupo dos verbos transitivos não causativos, os quais se definem por terem seu objeto (DP) licenciado semanticamente pela raiz verbal, não pelo evento. Desta forma, um subgrupo dos verbos transitivos, denominados tradicionalmente bitransitivos, comporta-se como transitivos, no que diz respeito ao licenciamento de seu argumento interno. A diferença está em que seu argumento interno, selecionado semanticamente pela raiz verbal, é uma frase relacional, cujo núcleo licencia dois indivíduos. Sintaticamente este argumento interno pode ser um ApplP, um PP, ou outro tipo de frase, licenciado como complemento da raiz. Nestes termos, não se cogita a possibilidade de uma raiz verbal selecionar dois argumentos internos, distintos do argumento externo.

Por que não haveria tal possibilidade? Segundo Cuervo, tal restrição é determinada pela sintaxe. De fato, como é consensual dentro de uma teoria formal gerativista, não se pode obter uma derivação em que o núcleo tome dois complementos. Tal restrição é determinada pelo princípio da ramificação binária, a qual expressa as relações estruturais assimétricas entre os dois argumentos. Assim, na visão construcionista aqui adotada, a sintaxe é que determina o léxico e não o contrário. Se não há bitransitividade sintática, - um núcleo verbal único não pode tomar dois complementos –, não há bitransitividade lexical. Nesta perspectiva, a bitransitividade só poderá ser reconhecida no nível superficial. Portanto, bitransitividade não é uma noção teórica relevante nem no nível lexical, nem no nível semântico. Com isto, torna-se igualmente irrelevante a oposição entre dativo argumental, selecionado pela raiz verbal, e dativo não argumental.

2. Inovações na codificação do OI: o português brasileiro

Nas primeiras seções deste texto, tratamos os fatos do PE e estabelecemos o quadro teórico dentro do qual serão discutidos OI e sentença bitransitiva no PB.

A perspectiva comparativa é relevante, na medida em que nos permite considerar que mudanças ocorridas no sistema pronominal, levando à perda dos clíticos dativos *lhe/lhes* nos usos de 3ª pessoa, e a perda da preposição *a* como marcador de caso dativo foram fundamentais para a perda da expressão morfológica do OI no PB, em oposição ao PE. Argumentaremos que as perdas morfológicas, por sua vez, levam a uma mudança paramétrica, que se define na perda do núcleo aplicativo baixo como introdutor de argumentos dativos.

2.1 Objeto indireto anafórico

Vários estudos sobre fatos gramaticais do PB revelam fenômenos de variação e mudança na expressão do OI anafórico, em particular, o de 3ª pessoa, que se pode descrever nos seguintes termos: (i) perda dos clíticos *lhe/lhes*;⁵ (ii) estratégias de substituição dos clíticos, entre elas, o uso dos pronomes *ele(s)*, *ela(s)*, introduzidos por *a /para* (10b) e o anafórico nulo. Exemplos como (10a) estão restritos à escrita muito formal.

(10)

- a. No aniversário da Maria, o José *lhe* deu um ramalhete de rosas
- b. No aniversário da Maria, o José deu um ramalhete de rosa *a/para ela*

Uma observação sobre os argumentos nulos torna-se necessária. No contexto de verbos bitransitivos, em particular dos verbos *dicendi* (dizer, falar, perguntar, etc.), é comum, nas várias línguas, que o constituinte interpretado como recipiente/destinatário não seja realizado. Os exemplos abaixo ilustram o ponto:

(11)

- a. O José falou a verdade, sem medo
- b. O governo anunciou um novo plano econômico.

⁵ A literatura recente oferece uma documentação quantitativa/empírica bastante relevante que comprova o completo desaparecimento do clítico *lhe* na fala em sua referência à terceira pessoa. A sua baixa produtividade na escrita mais formal reflete a aquisição de uma segunda gramática via escolaridade. Freire (2011), por exemplo, expressa importantes resultados quantitativos para a fala e escrita do PB, em comparação com o PE. Agradeço ao parecerista pela sugestão.

Desta forma, a estratégia de OI nulo a que nos referimos acima, como alternativa para os clíticos *lhe/lhes*, não incluem esses casos. Os contextos relevantes são aqueles em que há apagamento do OI anafórico. Como se sabe, nas construções de objeto duplo do inglês, espanhol e PE, não se pode ter o apagamento do OI, realizado como 1º objeto no inglês e como DP dativo no espanhol e PE. No PB, ao contrário, o apagamento do OI anafórico atinge diferentes tipos de verbos, evidenciando que a estrutura sintática projetada não poderia ser uma construção aplicativa.

(12)

a. Você deu flores *à Maria*?

a' Sim, dei-*lhe* uma dúzia de rosas vermelhas (PE)

b. Você deu flores *para a Maria*?

b' Sim, dei uma dúzia de rosas vermelhas *a/para ela* (PB)

c. Você deu flores *para a Maria*?

c' Sim, dei uma dúzia de rosas vermelhas ____ (PB)

No PE, o uso das formas *a ele(s)*, *a ela(s)* requer redobro do clítico, e uma especial interpretação contrastiva (13a). Além disso, o redobro não pode ocorrer na presença da preposição *para* (13b) (Cf. Torres Morais & Salles (2010). Portanto, tais formas pronominais não poderiam ser licenciadas em contextos não marcados, como exemplificados em (12).

(13)

a. O João deu-*lhe* uma dúzia de rosas *a ela* (não a ele).

b. *O José deu-*lhe* uma dúzia de rosas *para ela*

Vale lembrar que a baixa produtividade do dativo *lhe* no PB falado reflete não só uma reorganização do sistema pronominal na expressão das relações referenciais, mas também uma alteração no seu uso semântico-discursivo (cf.

TABELA 3: Função dativa: distribuição dos dados segundo a variante usada

	Clítico		SP anafórico		Objeto nulo	
PB	41/155	26%	65/155	42%	49/155	32%
PE	90/108	83%	3/108	3%	15/108	14%

ILARI & alii 1996; KATO, 1999). Desse modo, as formas *lhe/lhes* apresentam-se, tanto na fala como em certos gêneros de textos, não mais como formas de 3ª pessoa, mas de 2ª pessoa formal, ao lado dos correspondentes *a você/a vocês*; ou seja, ficam restritos à função oblíqua (cf. GALVES, 1998, 2001). Também relevante é o aumento na produtividade dos clíticos *lhe/lhes* em contextos verbais acusativos (*eu lhe-2ps vi, mas não lhe-2ps cumprimentei*). As duas estratégias são igualmente importantes para evidenciar as mudanças na codificação do OI no PB.

2.2 A perda da preposição *a* nos diferentes contextos verbais

Estudos sobre o OI no PB destacam um ponto importante em relação ao uso das preposições *a* e *para* no contexto dos verbos bitransitivos. No caso dos verbos de transferência e movimento, em que o OI é interpretado como meta/recipientes, *dar, enviar, levar, mandar, oferecer*, etc. as preposições *a* e *para* ainda coocorrem. No entanto, a pesquisa dedicada a traçar o percurso histórico do PB registra, com o apoio de metodologia quantitativa sofisticada e acervo documental variado e volumoso, o avanço progressivo da preposição *para*, na língua falada, incluindo a dos falantes cultos, e na língua escrita (14ª).⁶ (Cf., entre outros: MONTEIRO (1991); GALVES & ABAURRE (1996); DILLINGER et.alii. (1996); SCHER (1996); SILVEIRA (1999); CYRINO (2000); BERLINCK, (1996, 1997, 2001, 2005); GALVES (2001); GOMES (2003); SALLES & SCHERRE (2003); OLIVEIRA (2003); BISPO, (2004); FREIRE (2011); TORRES MORAIS (2006); TORRES MORAIS & BERLINCK (2006, 2007, 2009); TORRES MORAIS & SALLES (2010); CAMPOS (2011); ARMELIN (2011)).

Os estudos registram ainda que, no contexto dos verbos de criação/construção, *construir, desenhar, pintar, preparar*, etc. há uso categórico da preposição *para* na introdução do OI lexical (14c).

⁶ Em dados de língua falada (cf. GOMES, 2003, p.ex.), observa-se que a preposição *para* predomina, quer se trate de argumentos de um verbo de transferência material, *dar, vender*, quer daqueles verbos que, além da noção de transferência, envolvem um movimento (*levar, trazer*), ou de verbos de transferência verbal/perceptual, *dizer, perguntar, mostrar*. No mesmo estudo, observa-se ainda que o uso “variável” de *a* e *para* no PB é encontrado principalmente com o verbo *dar* como verbo leve, em expressões do tipo *dar apoio*, etc. (cf. também SALLES & SCHERRE 2003).

Da mesma forma, trabalhos como os de Torres Morais & Berlinck (2006) e Torres Morais e Salles (2010) ampliam a base empírica da pesquisa e observam que, no PB atual, quando o argumento OI expressa *fonte/origem*, no contexto de verbos de movimento e transferência, a preposição *a* é substituída pela preposição *de* (14b). A construção com *a* ocorre apenas marginalmente. A base empírica engloba ainda o conjunto dos verbos dinâmicos, *beijar, lavar, operar, pentear, preparar, etc.*, e verbos estativos, *admirar, invejar, etc.*, em que o OI é interpretado como possuidor. Também nestes contextos, a construção genitiva é categórica (14d-e).

(14)

- a. João deu/enviou um livro *ao/para o Pedro*
- b. João comprou este carro antigo *de um famoso colecionador*
- c. Pedro preparou/fez um jantar fantástico *para os pais*
- d. A mãe lavou/secou/cortou/penteou o cabelo *do filho*
- e. O professor avaliou/admirou/elogiou as provas *dos estudantes*

Refletindo sobre o percurso histórico do PB que até as primeiras décadas do século XX mostrava um percentual expressivo de OIs dativos, em todos os contextos aqui mencionados, as mudanças ocorridas parecem indicar claramente a perda da propriedade de expressar morfologicamente o OI. Como dissemos, as perdas morfológicas implicam a perda da construção aplicativa. No contexto de verbos que selecionam uma relação dinâmica de posse, o OI passa a ser introduzido unicamente por uma preposição lexical/transitiva (*a / para*), instanciando a construção bitransitiva preposicionada. (Cf. seção 2, Fig. 3). Da mesma forma, no contexto dos verbos que selecionam uma relação estática da posse, os dativos são reanalisados como complementos genitivos, e gerados na posição de complemento do núcleo nominal (Cf. seção 2, Fig.4).⁷

⁷ Figueiredo-Silva (2007) nota que os movimentos de mudança que atingem a preposição *a* são mais abrangentes: há certos contextos em que a preposição *a* desaparece, mas em que ou ela não pôde ser substituída por *para/prá* - levando ao desaparecimento da construção-, ou em que a substituição do *a* implica mudança radical na interpretação da construção previamente existente. No dialeto paulista, atinge algumas construções infinitivas em que há o apagamento da preposição. A apresentação abaixo compara o português paulista (PP) e o PE:

No PE, ao contrário, ficou claro que, na variante de objeto duplo, o DP lexical alterna com os pronomes clíticos de 3ª pessoa *lhe/lhes*, o que não é possível na contraparte preposicionada. A ausência vs. presença dos clíticos dativos evidencia que, se o argumento dativo puder ser um clítico, temos uma estrutura de objeto duplo; se tal possibilidade está ausente, temos uma estrutura preposicionada. De fato, a estrutura aplicativa não está disponível para PPs interpretados como locativo (15a-b), instrumental (16a-b), comitativo (17a-b). A evidência para essa afirmação é a impossibilidade de uso dos clíticos dativos *lhe/lhes* nestes contextos. Igualmente, os clíticos dativos não estão disponíveis em contextos verbais que selecionam PPs (18-a-b) e (19a-b).

(15)

- a. O José colocou o carro *na garagem*
- b. *O José colocou-*lhe* o carro (lhe = na garagem)

(16)

- a. A Maria cortou o salame *com a faca*
- b. *A Maria cortou-*lhe* o salame (lhe=com a faca)

(17)

- a. A Maria foi ao cinema *com o Pedro*
- b. *A Maria foi-*lhe* ao cinema (lhe=com o Pedro)

(i) A Maria ensinou-me a nadar (PE)

(ii) (ii) A Maria me ensinou nadar (PP)

Os casos de substituição ocorrem na expressão do locativo, na introdução de frases infinitivas e na complementação de categorias nominais.

(iii) Eu vou na igreja (PP)

(iv) Eu vou à igreja (PE)

(v) A Maria me convenceu de fazer isso (PP)

(vi) A Maria convenceu-me a fazer isso (PE)

(vii) Este assunto está associado com o que eu te falei ontem (PP)

(viii) Este assunto está associado ao que eu te falei ontem (PE)

(18)

- a. A Maria assistiu *a um bom filme*
- b. *A Maria assistiu-*lhe* (*lhe*= a um bom filme)⁸

(19)

- a. O José renunciou *à luta*
- b. *O José renunciou-*lhe* (*lhe*=à luta)

Como dar conta das diferenças entre o PB de um lado e o PE de outro?

Os fatos sobre os predicados bitransitivos, entendidos como verbos que licenciam uma relação, indicam que a configuração applicativa não é mais uma opção da gramática do PB. Seguindo Torres Morais & Salles (2010), propomos que o PE, assim como outras línguas românicas, expressa em sua gramática a realização de um Caso dativo abstrato que corresponde a um caso dativo morfológico. O Caso dativo abstrato (DAT) é um caso inerente, diretamente associado a papéis temáticos (cf. ROBERTS, 2007). Há uma implicação de mão única, segundo a qual se um DP tem um caso dativo morfológico, então a gramática tem um traço de Caso dativo abstrato. Em contraste, os Casos nominativo e acusativo não são interpretáveis (cf. CHOMSKY 1995).

Com esta suposição em mente, é possível entender a mudança paramétrica que ocorre na história do PB, com respeito aos predicados bitransitivos e expressão dos dativos. Enquanto manteve o seu sistema de caso morfológico, em que os pronomes nominativos, acusativos e dativos estavam bem distintos, foi possível às crianças, no processo de aquisição do PB, terem evidências positivas para a construção applicativa, uma vez que o OI exibia tanto na sua forma lexical, quanto pronominal, a morfologia dativa. À medida que o sistema pronominal se desestrutura e elege outras estratégias para expressão dos complementos acusativos e dativos, DAT deixa de ser ativo na gramática do PB, em oposição ao PE e PB histórico. A reanálise morfológica atinge também a preposição *a* como marcador

⁸ Como um parecerista anônimo observa, provavelmente referindo-se ao PB, “São frequentes as misturas de acusativo e dativo com verbos como assistir na escrita “formal” contemporânea – o verbo assistir aparece com um complemento DP ou PP, além de clíticos acusativos e dativos – quem a assiste / quem *lhe* assiste) para referência a um filme, a um determinado ator interpretando, etc.)”.

dativo. Como a pesquisa nesta área tem revelado, ambas as mudanças ocorrem paralelas no percurso histórico do PB.

O percurso histórico dos verbos de movimento e transferência revela que a configuração preposicionada se afirma, à medida que o OI é realizado como um complemento de preposição, ou seja, um complemento oblíquo, introduzido por preposições lexicais (*a/para*). A reanálise atinge, naturalmente, os OIs no contexto de verbos dinâmicos e estativos, como já mencionado em outras partes deste texto.

Assumindo que os parâmetros são expressos lexicalmente nos traços formais das categorias funcionais, propomos que a perda da codificação dos dativos como uma classe morfológicamente distinta, significa a perda do traço DAT do núcleo aplicativo.

A configuração bitransitiva preposicionada se torna a única opção no PB padrão. Isso explica não somente a ocorrência da preposição *para*, como também a retenção do *a* direcional.

Conclusão

Neste trabalho, o objetivo principal foi apresentar uma análise das sentenças bitransitivas e OI no PB. Para tanto, retomando trabalhos anteriores, partimos de uma perspectiva comparativa com o PE. Trouxemos novos argumentos para mostrar que a construção de objeto duplo/construção aplicativo do PE pode ser a expressão morfossintática unificada de verbos tradicionalmente considerados bitransitivos e verbos monotransitivos. Para esta análise unificada, foi fundamental adotar uma noção de bitransitividade, nos termos explorados por Cuervo (2010). Os fatos do PE confirmam sua hipótese de que verbos bitransitivos constituem um subgrupo dos verbos transitivos, ou seja, não há possibilidade de verbos selecionarem no léxico dois argumentos internos, além do argumento externo. Tal impossibilidade deriva, por sua vez, da impossibilidade da bitransitividade sintática. De fato, nos moldes da teoria formal corrente, não se obtém uma derivação, na qual um núcleo possa tomar dois complementos. Portanto, não há bitransitividade nos níveis lexical, semântico ou sintático. Nesta perspectiva, bitransitivos são verbos transitivos que selecionam uma relação. No PE, a relação entre dois indivíduos pode ser sintaticamente realizada em duas configurações distintas: a configuração aplicativo e a configuração preposicionada.

A abordagem comparativa nos permitiu discutir de forma mais refinada os fatos do PB. Partindo igualmente de análises anteriores, propusemos que o PB segue rumos distintos diferenciando-se do PE na codificação gramatical do OI. Mostramos que inovações nas estratégias de realização do OI pronominal levam à perda dos clíticos *lhe/lhes* nos usos anafóricos de 3ª pessoa. Tais inovações estão relacionadas com a perda da preposição *a* como marcador de caso dativo. Ambas as mudanças atestam a perda da expressão morfossintática da bitransitividade no PB, em oposição ao PE. Atestam igualmente que o PB deixa de escolher, do inventário dos núcleos funcionais disponibilizados na Gramática Universal, os núcleos aplicativos baixos.

Discutimos ainda a hipótese de que as mudanças de natureza morfológica resultam em uma mudança paramétrica, definida na perda do traço dativo DAT, o qual identifica o núcleo aplicativo baixo em línguas como o espanhol e PE. A conexão entre Caso dativo inerente e expressão de parâmetros sustenta a teoria dos Princípios e Parâmetros, segundo a qual a variação paramétrica está restrita a propriedades lexicais dos núcleos funcionais.

Referências

- ARMELIN, Paula R. G. (2011) *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria dos núcleos aplicativos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- BERLINCK, Rosane de A. (1996) The Portuguese Dative. In: Van Belle, William & Van Langendonck, William (eds.) *The Dative*. Vol. 2: Descriptive Studies. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. (Case and grammatical relations across languages; v.2), P.119-151.
- _____ (1997) Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil Encontro do Círculo Linguístico do Sul CELSUL. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.
- _____ (2001) Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português. *Letras* 56. 159–175.
- BISPO, Karla Cristina Iseke. (2004) *A sintaxe do objeto indireto no português do Brasil* Brasília, DF: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado

BRITO, Ana Maria. (s/d) Construções de objecto indireto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista. Centro de Linguística da Universidade do Porto.

CAMPOS, Ednalvo A. (2011) *O dativo de terceira pessoa no português culto falado em Belém*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

CHOMSKY, Noam. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge. Mass. MIT Press.

_____ (2000) Minimalist Inquiries: the framework. In: Martin, Roger; Michaels, David. & Uriagereka, Juan (eds.) *Step by Step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass.: The MIT Press. P. 89–156.

CUERVO, Maria C. (2003) *Datives at Large*. PhD dissertation. MIT.

_____ (2010) Against Ditransitivity. *Probus* 22 Walter de Gruyter.

CYRINO, Sonia M. L. (2000) O objeto indireto nulo no português brasileiro. *Signum*. n. 3. Londrina: Ed.UEL.

DILLINGER, M. & alii (1996) Padrões de complementação no português falado. In: KATO, M. (org.) *Gramática do português falado*. Vol.V. Campinas. Unicamp.

DUARTE, Inês. (2003) Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In MATEUS *et alii* (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 275-321.

FREIRE, Gilson (2011) Acusativo e dativo anafóricos de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana. *Revista da ABRALIN*, v.10, n.1, p. 11-32, jan./jun.

FIGUEIREDO-SILVA, Maria Cristina (2007) A perda do marcador dativo e algumas das suas conseqüências. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (orgs.) (2007) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores. p.85-110.

GALVES, Charlotte (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas. Editora da Unicamp.

GALVES, Charlotte; ABAURRE, Maria. B. M. (1996) Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO,

Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Vol IV: *Estudos Descritivos*. Campinas, Editora da Unicamp. p.267-312.

GOMES, Christina A. (2003) Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da Conceição; DUARTE, M. Eugênia L. (orgs.) *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: ContraCapa. P. 81-96.

HALE, K.; KAYSER S. J. (1993) On argument structure and lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K. & KEYSER S. J. (eds) *The view from building 20*. Cambridge. Mass: MIT Press.

HALE, K.; KEYSER, S. J. (2002) *Prolegomenon to a Theory of Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.

HARLEY, H. (1995) If you *have* you can *give*. In *WCCFL 15*: Stanford, CA: CSLI. P.193-207.

ILARI, Rodolfo et alii. (1996) Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do português falado. Estudos Descritivos*. Vol. IV: 79-168.

KATO, Mary A. (1999) Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*. 11 (1) 1-37.

KRATZER, A, (1996) Severing the external argument from its verb. In ROOYCK, J. & ZARING, L. (eds.). *Phrase structure and the lexicon*. Dordrecht: Kluwer. P. 109-137.

MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge Mass. MITPress.

MARANTZ, A. (1997) No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. Paper presented at the 21st Penn Linguistics Colloquium. University of Pennsylvania.

MIGUEL, Matilde; GONÇALVES, Anabela; DUARTE, Inês (2010) Datives in European Portuguese. Talk presented at *Encontro do Projeto Romania Nova*, ALFAL, Campos do Jordão.

MONTEIRO, José L. (1994) *Pronomes Pessoais*. Subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: EUFC.

OLIVEIRA, Marilza de (2003) A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*. *Gel* – 2003.

PUJALTE, Mercedes (2008) Sobre frases aplicativas y complementos dativos en el español del Rio de Plata. *Cuadernos de Lingüística XV 2008*, Instituto Universitario de Investigación Ortega Y Gasset, p. 139-156.

_____ (2009) *Condiciones sobre La introducción de argumentos* – El caso de La alternância dativa em español . Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional Del Comahue.

PYLKKÄNEN, Liina (2008) *Introducing Arguments*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

ROBERTS, Ian (2007) *Diachronic Syntax*. Oxford: Oxford University Press.

SALLES, Heloisa M. L; SCHERRE, Marta. M. P. (2003) Indirect Objects in Brazilian Portuguese and in English. In Núñez-Cedeno, R & L. L. Cameron (eds.) *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use – Selected Papers from the 31st LSRL*. Amsterdam/ Philadelphia: J. Benjamins. p. 151-165.

SCHER, Ana Paula (1996) *As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Unicamp.

SILVEIRA, Gessilene (1999) A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolinguística, curso de Doutorado em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida (2006) Um Cenário para o Núcleo Aplicativo no Português Europeu. *Revista da ABRALIN* 1-2: 5. p. 239-266.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida (2007) *Os dativos*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane de A. (2006) A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, Tânia et al. (eds.) *Novos Dados, Novas Análises*. Volume VI. Tomo I. Salvador: EDUFBA. p. 73-106.

_____ (2007) ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira

MORAIS, M. A. C. R. T. Sentenças bitransitivas...

de et al. (orgs.) *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro* – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato. São Paulo. Fapesp. Campinas: Pontes. P. 61-83.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; SALLES, Heloísa M. L. (2010) Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*. n. 22, p. 181–209.

Recebido em 23/10/2012

Aprovado em 12/11/2012